

# Casa de Referência da Mulher Tina Martins:

## articulação entre coletivo autônomo, movimentos sociais e políticas públicas

*Míriam Ires Couto Marinho*

*Lisandra Espíndula Moreira*

**A** bordaremos nesta escrita a relação entre um coletivo autônomo gerido por um movimento social e as políticas públicas da rede de atenção à mulher em situação de violência, pensando a ferramenta da ocupação como importante estratégia de resistência permanente. A pesquisa acompanhou o trabalho da Casa de Referência das Mulheres Tina Martins, em Belo Horizonte/MG<sup>1</sup>, a partir de observação participante e da atuação da primeira autora como advogada popular na Casa, compondo o *corpus* de pesquisa com diários de campo, diários de reminiscência e entrevistas. A Casa surge de uma ocupação no 8 de março de 2016 em uma ação organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) com o objetivo de pleitear uma nova casa abrigo para receber mulheres em situação de violência em Belo Horizonte. A demanda inicial não foi alcançada, mas se estabeleceu a partir de negociações um espaço cedido pelo Estado e gestado pelos movimentos sociais como referência para mulheres, funcionando inclusive como abrigo em casos emergenciais.

Nesse sentido, problematizamos neste trabalho as políticas públicas articuladas com os movimentos sociais e redes autônomas, a partir da análise

.....  
1 A presente escrita é parte da pesquisa de mestrado da primeira autora que atuou como advogada popular na Casa de Referência Tina Martins de 2017 a 2019. A dissertação “Casa de Referência da Mulher Tina Martins: rede autônoma de resistência e apoio a mulheres em situação de violência”, defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, foi realizada com a orientação da segunda autora.

da atuação da Casa nas práticas de informação e formação permanente. Dessa maneira, colocamos em questão as formas de diálogo e parcerias entre estas sujeitas e estas instituições, ao se posicionarem enquanto um coletivo autônomo que compõe a rede estadual de enfrentamento à violência contra a mulher. Quais são os contornos dessa autonomia? Quais as possibilidades de pactos e negociações? Quais enfrentamentos são necessários e através de quais estratégias?

Para tanto, nosso percurso nesta escrita inicia com a apresentação da casa e das mulheres que a constroem, entendendo que há marcas que se traduziram também nas práticas e posicionamentos da relação da casa com outras instituições. Além disso, buscamos pensar noções de autonomia a partir da perspectiva do feminismo decolonial. Por fim, problematizamos alguns recortes do trabalho e do acompanhamento da casa na utilização da ferramenta de ocupação dos espaços e da política pública no atendimento a mulheres em situação de violência.

## **Sobre a Casa, as Benárias e as Tinas**

Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo  
**Olga Benário**

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins surge em 2016 a partir da Ocupação Tina Martins, organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Aqui já é possível compreender que há um interessante mosaico de referências e movimentações que compõem a cena da ocupação. O nome da então ocupação, Tina Martins, carrega a história de Espertirina Martins (1902-1942), participante da luta operária que ficou conhecida numa greve em 1917 em Porto Alegre, ao carregar explosivos escondidos num buquê de flores. Conforme Nicole Schneider (2019), Espertirina Martins é uma figura importante para sinalizar a presença de mulheres pensantes e autônomas na luta operária na primeira parte do século XX (p. 50).

Os movimentos sociais envolvidos também apontam para o compromisso de luta social. O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) “luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente” (s/d). Segundo o movimento, a luta pela moradia é fundamental e possibilita a mobilização e a pressão para enfrentar problemas sociais. “Ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista. Logo, enquanto morar dignamente for um privilégio, ocupar é um dever!” (MLB, s/d).

O Movimento Olga Benário, conforme publicação do próprio movimento, “nasceu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças existentes na sociedade” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2017, p. 5). O movimento trabalha especialmente pelos direitos das mulheres trabalhadoras, “denunciando a exploração da população feminina, especialmente, da parcela mais empobrecida” (p. 5). Além disso, a nomeação do movimento remete à figura de Olga Benário, incansável militante comunista que viveu no Brasil e foi entregue pelo governo brasileiro ao regime nazista. Enquanto esteve presa, deu à luz a sua filha. Escreveu sua última carta aos familiares antes de ser morta em 1942, onde, além do amor à filha e ao marido, resumiu sua luta na frase: “*Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo*”.

Com a força dessas histórias e desses movimentos, em 2016 a mobilização dos movimentos ocupou um prédio público que estava inativo há quase 10 anos e originalmente pertenceu à Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Como analisou Thais Oliveira (2019), a ocupação durou 87 dias, e essa resistência só foi possível a partir de sua inserção na comunidade, destacando-se o acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade, em especial aquelas que estavam em situação de rua, para não retornarem aos locais de violência.

Por outro lado, o processo de negociação com o Estado não foi tranquilo, “não se tratou de um acordo fluido e sem barreiras; pelo contrário, tratou-se de uma longa jornada de ações empreendidas pelas mulheres envolvidas na ocupação” (Oliveira, 2019, p. 105). O movimento de mulheres Olga Benário defendia a urgência da demanda por casa abrigo, o

Estado argumentava que a casa de referência da mulher seria criada no futuro em um endereço anunciado no ano anterior.

Este endereço, no entanto, até aquele momento, servia como estacionamento da ROTAM (Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas). Além disso, também não havia nenhum documento que comprovasse o início da construção do abrigo, ou a reversão de fundos em licitação antes de 2017, o que acarretaria uma espera de no mínimo dois anos. (Oliveira, 2019, pp. 104-105)

O Movimento Olga Benário decidiu então por arcar com a organização de uma Casa de Referência da Mulher, tendo em vista o trabalho que já estava exercendo na ocupação e negociou os termos para que isso fosse possível. Os principais pontos desse trajeto ocorrido no ano de 2016 foram sistematizados em infográficos por Camila Bastos (2016), mas que apresentamos aqui de maneira resumida. Após o início da ocupação em 8 de março de 2018, mais de 50 mulheres passaram pela ocupação no primeiro mês. Em 19 de abril foi recebida a ordem de despejo e reintegração de posse, apontando a desocupação até o dia seguinte. Desse dia em diante, há grande mobilização e articulação da ocupação com diversos atores institucionais (Conselhos da Mulher, municipal e estadual; Secretaria de Patrimônio da União, Faculdade de Arquitetura/UFMG, Ministério Público Federal, Tribunal Regional do Trabalho, dentre outros). Assim, seguem importantes reuniões, negociações de prazos e apresentação de projetos para que em maio fosse firmado acordo para que a Casa de referência Tina Martins mudasse, em junho de 2016, para imóvel designado no acordo (Bastos, 2016).

A luta da Ocupação Tina Martins fez efetivar sua demanda a partir da própria atuação do movimento social, com a participação do Estado apenas na cessão do imóvel. Nas ocupações, e na Tina Martins isso ficou evidente, “é possível produzir o próprio espaço e, movidos pelos ideais de transformação, produzir os próprios conceitos e disputar a informação e a opinião pública” (Maria Tereza Dias et. al., 2017, p. 169).

Esta disputa de narrativa é o que permite a negociação. O que se ob-

serva é que a Ocupação Tina Martins ampliou as reflexões sobre as ocupações urbanas, ao apresentar como pauta central o direito das mulheres a uma vida digna e sem violência e ao ser construída por e para mulheres. Em verdade, mesmo tendo como pano de fundo extremamente relevante a questão da cidade mercadoria e exclusão socioespacial, tinha como foco a demanda da efetivação da lei e de políticas públicas para mulheres. (Isabela Araújo Bettoni, 2018, p. 24)

Talvez possamos pensar na Casa Tina Martins como uma nova versão do buquê de flores explosivo ofertado para o Estado, assim como fez Esperitina Martins em 1917: surge a primeira casa de referência da mulher na América Latina que se configura a partir desse modelo. Seu atendimento tem como foco as mulheres que moram em ocupações urbanas de BH e entornos, até pela relação do Movimento de Mulheres Olga Benário com o Movimento de Luta nos Bairros, Favelas e Ocupações, embora não se restrinja a estas, são recebidas mulheres encaminhadas pelo Estado ou ainda mulheres em situação de vulnerabilidade social.

## **Sobre práticas e autonomia**

A Casa Tina Martins, gerida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, não só foi modelo para outras três casas de referência no Brasil (Helenira Preta em Mauá, SP; Mirabal em Porto Alegre, RS e Laudelina de Campos Melo em SP capital), como também construiu uma metodologia própria para o atendimento de mulheres em situação de violência a partir dos preceitos do feminismo marxista. Sua atuação se dá a partir de eixos de trabalho que organizam práticas diversas<sup>2</sup>: (a) assistência emergencial; (b) acompanhamento periódico; e (c) informativa permanente.

.....  
2 Na época em que a pesquisa de campo foi realizada eram três eixos. Atualmente, a atuação da Casa se organiza em 4 eixos: (a) formação política - por meio de oficinas, palestras, rodas de conversas e outras atividades na Casa que possam permitir o acesso à informação, ressignificação de conceitos e troca de experiências, além de serem espaços de fortalecimento; (b) encaminhamento - hoje inclusa à Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Minas Gerais, quando a Casa não é a melhor solução, há o encaminhamento para outros locais; (c) Acolhimento - por meio de 3 tipos de auxílios gratuitos (psicológico, jurídico e serviço social), a Casa presta serviços que normalmente mulheres menos abastadas não teriam acesso e (d) abrigo em situações emergenciais como casa de passagem (Casa de Referência da Mulher Tina Martins, 2021).

A assistência emergencial pode ser prestada a partir de acompanhamento jurídico, psicológico, de assistência social, além de acolhimento e, em últimos casos, de abrigo. Os atendimentos ocorrem, então, a partir desses núcleos de trabalho, sempre acompanhados pela presença de uma Benária<sup>3</sup>. O acompanhamento periódico acontece a partir de cursos e oficinas. Essas atividades visam a fortalecer as mulheres de uma maneira geral e construir a independência financeira das atendidas. Ao longo de sua trajetória a Casa já ofereceu oficinas de crochê (Flores da Tina), de forró, yoga, para aprender a fazer sapatos, sessões de filmes e apresentações teatrais. Por fim, a atuação com ênfase informativa busca a melhoria de serviços da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a partir de atos de enfrentamento, mas também trabalhando em articulação com a Rede para encaminhamentos necessários (que funcionam em via dupla).

Assim, colocamos em análise as práticas da Casa no que dizem respeito à informação permanente. Estando colocada como um dos equipamentos na rede de proteção à mulher em situação de violência, especialmente na Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, quais são os impactos desse pertencimento para as construções autônomas? De que maneira essa aproximação com a rede e a sistematização de uma metodologia de trabalho tensionam as lutas assumidas coletivamente?

*Então, inclusive, a participação na REDE é um dos eixos de atendimento da casa. A gente faz parte da REDE desde antes, no processo de ocupação. Antes de vir pra cá a Tina Martins já começou a fazer parte das reuniões da REDE de enfrentamento. E depois que a gente veio aqui pra casa, a gente faz esse processo de reorganizar nosso trabalho, nosso atendimento, a gente continuou nesse espaço. ... Mas a gente tem desenhado qual o papel da Rede, o que essa Rede propõe para a sociedade. É muito mais de se discutir o que tem, discutir o que precisa ter, as melhorias que precisam ser feitas, é uma troca mesmo. Acho muito interessante, acho que tem muitas questões que têm que ser levadas em consideração, principalmente, de identificar as falhas. (Benária, entrevista 22 de outubro de 2019)*

.....  
3 Aproveitamos para registrar que as mulheres que trabalham na Casa e fazem parte do Movimento de Mulheres Olga Benário serão chamadas no texto de Benárias, que é como elas mesmo se denominam; e as mulheres atendidas pela Casa serão chamadas de Tinas.

A participação na Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a troca de encaminhamento entre os diversos recursos mantendo uma autonomia em relação à sua gestão é a novidade que a experiência da Casa nos traz em termos de políticas públicas, por se configurar e ao mesmo tempo não se configurar enquanto uma destas políticas. Ser parte da Rede, inclusive, não é uma experiência acrítica, busca-se a formação de espaços que sejam cada vez mais acolhedores e qualificados para receber mulheres em situação de violência.

É preciso que se identifique o que estamos chamando aqui de coletivos autônomos, e o faremos a partir da referencial teórico do feminismo decolonial. Yuderkys Miñoso, Diana Correal e Karina Muñoz (2014) trabalham o feminismo decolonial como um feminismo pensado histórico e geopoliticamente a partir do processo de colonialidade e questionam de forma radical a ideia de que há uma história ascendente de conquista de direitos para as mulheres.

Nessa perspectiva, coletivos autônomos podem ser entendidos como autogeridos e autogestionados. Essa noção advém do feminismo autônomo que tem por crítica a institucionalização do feminismo, especialmente a partir de mecanismos globais como a ONU. Segundo Ochy Curiel (2014), o feminismo autônomo pode ser compreendido como

um feminismo excêntrico, de fora, da fronteira e das margens como possíveis espaços de construção política [edificada] na ação coletiva autogerida e autônoma que produz sua própria teoria, um pensamento descolonizador contra o eurocentrismo e a teoria/perspectiva de gênero mais conservadora, e que questiona fundamentalmente a relação saber-poder e a dependência das instituições. (2014, p. 330, tradução nossa<sup>4</sup>)

.....  
4 *un feminismo excêntrico, del afuera, desde la frontera y los márgenes como espacios posibles de construcción política [edificada] en la acción colectiva autogestionada y autónoma que produce teoría propia, un pensamiento descolonizador frente al eurocentrismo y a la teoría y perspectiva de género más conservadora, y que cuestiona de fondo la relación saber-poder y la dependencia a las instituciones.*

Podemos conceber, portanto, que o feminismo autônomo tensiona a relação com o Estado a partir de dois lugares: na relação com o feminismo global questionando os processos de colonização que permeiam suas políticas; e na relação interna, não eximindo o Estado de se posicionar ou de agir efetivamente no enfrentamento à violência contra a mulher, por exemplo. Assim, interessa-nos especialmente pela potência de colocar em questão o campo de interesse da psicologia social quando destaca a importância de ações macro e micropolíticas como modo de **reinvenção destas políticas**.

Dessa forma, tomamos em análise a Casa de Referência das Mulheres Tina Martins enquanto um coletivo feminista autônomo. Esse não é um atributo reivindicado pelas Benárias, mas uma conexão teórica estabelecida no desenvolvimento da pesquisa. A nomeação mais utilizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário é de reconhecer a Casa Tina Martins como um espaço autogestado, conforme pode ser verificado em suas redes sociais. Essa conexão se dá por conta desta autogestão e, principalmente, por seu importante papel no tensionamento com o Estado para o estabelecimento e a melhoria das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, na sua relação com o governo de Minas Gerais.

## **Ocupações como estratégias de resistência**

*O Estado veio quente, nós já tá fervendo,  
O Estado veio quente, nós já tá fervendo,  
Quer desafiar? Não tô entendendo.  
Mexeu com as mulheres, você vai sair perdendo.  
Tina Martins, mulheres de luta.  
Olga Benário, mulheres de luta.  
Todas as mulheres, mulheres de luta.  
Não tem casa abrigo, se der mole nós ocupa.*  
(Palavras de ordem usada pelas Benárias em suas ocupações)

As ações identificadas nessas práticas da informativa permanente falam da relação da Casa Tina Martins com o Estado, no trabalho de cobrar

por políticas públicas que atendam às mulheres em situação de violência. Essa ação vem sendo realizada desde a ocupação do dia 08 de março de 2016, que tinha por objetivo inicial cobrar do Estado de Minas Gerais a construção de uma casa abrigo, já que Belo Horizonte só contava com uma. Justamente por isso que ocupação é a estratégia de resistência que vamos trabalhar analisar aqui.

As ocupações urbanas podem ser definidas como espaços da cidade antes inutilizados, ou subutilizados que passam a ter posse planejada, pacífica e informal, construindo a partir dessa posse identidades territorializadas, por meio da mobilização pelo acesso à terra urbana e ao exercício dos direitos à moradia e à cidade (Dias et al., 2017). Elas têm revolucionado as formas de fazer política, porque “para além de garantir a efetivação do direito à moradia, as ocupações têm criado novas formas de alteridade urbana e têm sido exemplo da necessidade da (re)construção de espaços mais democráticos nas cidades” (Dias et al, 2017, p. 161). São “referência de organização coletiva e poder popular” (Boulos, 2012, p. 60).

Além disso, as ocupações são afrontas diretas ao sistema capitalista, uma vez que subvertem a forma como se dá o processo de urbanização que “ligado à industrialização e ao capital, está pautado na lógica da produção e do acúmulo de bens que vão além do mínimo necessário para a sobrevivência, ... muito vinculado à construção de classes e, conseqüentemente, desigualdades socioeconômicas” (Carolina do Carmo, 2019, p.161). De acordo com o MLB, “ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista”. E essa afronta é também fator que propicia (ou força) o diálogo:

*Então, como é importante a gente, inclusive, a questão da ocupação veio muito nesse sentido da propriedade privada, mesmo, né? Porque o bem maior do capital é a propriedade, né? Então, você mexe numa estrutura muito frágil do sistema capitalista, você mexe no sistema central, no nervo central, de toda a questão do capitalismo. ... A ocupação veio com o sentido de “espera aí, vamos movimentar aí, porque é isso que vamos fazer caso não saia [caso não se efetive a reivindicação].” (Benária, entrevista, 22 de outubro de 2019)*

Para compreendermos o funcionamento da Casa de Referência da Mulher Tina Martins é necessário que se localize como são construídas suas metodologias e ferramentas de atendimento. Essas construções estão fortemente marcadas pela perspectiva do feminismo marxista, linha que orienta o movimento Olga Benário.

*O marxismo é um instrumento de análise da sociedade, certo? E para nós do movimento de mulheres Olga Benário, que dirige a casa, esse é o método mais correto de análise da sociedade porque ele rompe o idealismo, ele rompe o individualismo, e o subjetivismo das coisas. Porque o dado primeiro é que o mundo é material, então ele é perfeitamente conhecível, e se ele é conhecível ele é totalmente passível de ser mudado. (Benária, entrevista, 23/10/2019)*

O marxismo enquanto esse sistema de análise da sociedade opera a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dialética que busca ação política para a emancipação humana. Mirla Cisne (2018) aponta algumas reflexões sobre essa vertente, que busca a seu modo compreender as relações sociais que expressam conflitos, exploração e lutas, de maneira articulada as opressões de gênero, raça e classe. “Entendemos que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho” (Cisne, 2018, p. 2).

A partir deste aporte teórico e político, a Casa busca a crítica ao liberalismo e aos direitos que se definem a partir de suas premissas, além de questionar o feminismo burocratizado que se incrusta no aparelho do Estado (Maria Lygia Quartim Moraes, 2020). Essa perspectiva do feminismo é uma das primeiras a fazer a crítica ao construto mulher enquanto um sujeito universal, uma vez que um dos problemas considerados fundamentais do movimento feminista era o acesso ao trabalho. De acordo com bell hooks a problematização da classe social foi fundamental para que se pudesse dar espaço para uma crítica racial. A autora afirma que “inserir classe na pauta feminista abriu um espaço em que as interseções entre classe e raça ficassem aparente. Dentro do sistema social de raça, sexo e

classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica” (Moraes, 2020, p. 69).

*Olha só, a gente estava falando da nossa perspectiva marxista de análise da sociedade. E na perspectiva da sociedade capitalista de classe a propriedade de classe é o elemento fundante, é o determinante para a manutenção de toda a sociedade. Então qualquer ato que conteste o elemento da propriedade privada, ele é por si só um ato bastante revolucionário e subversivo. E a questão é a possibilidade que esse ato tem em si de ser concretizado, o objetivo desse ato, e as perspectivas que esse ato traz consigo. Fazer um ato que atente contra a propriedade, faz com que as pessoas contestem se essa propriedade é tão intocável assim, e mais, faz com que as pessoas reflitam porque aqueles outros indivíduos fizeram isso, e reflitam sobre a sua condição, se não estariam naquele lugar. Então, quando a gente faz uma ocupação por moradia, de uma casa, como foi essa aqui para ser um lugar de acolhimento de mulheres em situação de violência, a gente faz com que as pessoas entendam que a luta coletiva é possível de ser vitoriosa, e mesmo que ela não tenha a conquista em si, mas ela traz consigo uma experiência coletiva que possibilita as pessoas entenderem que é possível se organizar e mudar os estados das coisas. (Benária, entrevista, 23 de outubro de 2019)*

A construção de uma ocupação urbana demanda sempre uma construção coletiva, mas na Ocupação Tina Martins, essa é uma construção ainda mais intensa do ponto de vista da coletividade e da autonomia porque se desenvolve ali um serviço que recebe e acolhe as mulheres em situação de violência. Uma ocupação de e para mulheres, onde é possível ficar atentas às experiências que “normalmente, são vividas pelos corpos entendidos como femininos... muitas vezes anuladas e ignoradas pelo estado e pelos homens” (Carmo, 2019, p. 168).

A experiência da Casa Tina Martins de Belo Horizonte está também alinhada a duas ocupações feministas do Movimento Olga Benário que deram origem à Casa de Referência da Mulher Mirabal em Porto Alegre/RS, à Casa de Referência da Mulher Helenira Preta em Mauá/SP e à Casa de Referência da Mulher Laudelina de Campos Melo em SP capital. A Casa Mirabal surge de uma ocupação realizada em 25 de novembro de 2016, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, no centro de Porto Alegre. “A preocupação das militantes do Olga é a escassa rede de atendimento

e acolhimento de mulheres na cidade de Porto Alegre, a Ocupação Mulheres Mirabal surge como forma de protesto contra essa falta de políticas públicas” (Miriani Santos Silva & Luciane Marques Raupp, 2018, p. 4).

Analisada sob a ótica da democracia em suas diferentes vertentes, entende-se a Casa Mirabal enquanto um modelo de democracia contra hegemônico: Em que pese a Ocupação Mulheres Mirabal não tenha atingido o modelo ideal participativo, é inegável perceber que realizar um trabalho que deveria ser feito pelo poder público, com qualidade, não é uma tarefa fácil, e apesar de todas as dificuldades encontradas principalmente a falta de experiência das militantes a Casa já acolheu mais de duzentas mulheres e salvou a vida (literalmente) da maioria delas. Só por essa informação já deve-se perceber que essa instituição é tudo, exceto hegemônica. (Ariane Fernanda Reis Moreira, 2019, p. 58)

A Casa Helenira Preta é resultado de uma ocupação no centro da cidade de Mauá realizada em 25 de julho de 2017, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha; a negociação se encerrou em poucos dias porque a prefeitura se comprometeu com a construção de uma casa abrigo, porém houve omissão no cumprimento da demanda e uma nova ocupação foi realizada onde funciona a Casa, sem qualquer suporte estatal (Jornal *A Verdade*, 24 de julho de 2019). Importante dizer que “o objetivo dessas experiências não é substituir o poder público, ao contrário, é denunciar a ausência de políticas públicas para mulheres e demonstrar que é possível operar em outra lógica de cuidado, organização, emancipação econômica, afetiva, etc.” (Isis Mustafa Assis & Livia Tommasi, 2018, p. 29). A Casa Laudelina de Campos Melo surge em SP capital em 27 de janeiro de 2021 e vem como uma resposta ao aumento dos casos de violência doméstica no contexto da pandemia do coronavírus.

As ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário são classificadas por Amanda Carolina Cegatti como ato de desobediência civil, uma vez que podem ser caracterizadas enquanto “uma ação política, realizada publicamente, que almeja a transformação de uma lei ou política considerada injusta por determinado grupo” (Cegatti, 2019, p. 92). Nesse sentido,

cabe pensar ainda dois aspectos que surgiram no acompanhamento da Casa de Referência da Mulher Tina Martins em Belo Horizonte: o modo como o funcionamento da ocupação produz efeitos de pertencimento e compromisso coletivo e o modo como ocupar se mostra uma ferramenta de luta permanente na articulação com as políticas públicas.

Quanto ao compromisso coletivo e pertencimento associado à ocupação, na roda de conversa “Mulheres e o Direito à Cidade”, que aconteceu no dia 12 de março de 2019, na semana de comemoração de 03 anos de existência da Casa, uma das Tinas contou um pouco de sua experiência e destacou o senso de coletividade como um de seus maiores aprendizados.

*Hoje mesmo eu levei um tombo feio. ... E aí rodeada de gente querendo socorrer, mas não era igual à Ocupação. Se fosse alguém da Ocupação eu tenho certeza que ia querer me levar pro hospital, mas caí na rua, é diferente. A sociedade vê de forma diferente. “Melhora, levanta e vai embora”. Na ocupação não, essa união, o coletivo, é tão bacana. Porque um preocupa com o outro, um cuida do outro. Então assim, eu não quero voltar à vida que eu levava nunca mais. (trecho de fala no evento Mulheres e o Direito à Cidade, diário de campo, 12 de março de 2019).*

Um desdobramento importante de sua história é que ela escolheu viver na Ocupação. Tinha a casa dos pais para retornar, mas preferiu não seguir este caminho. “*Minha família chegou até cogitar a ideia de me internar numa clínica psiquiátrica. Porque pra eles não era normal você escolher sair da sua casa para conviver deste jeito, desta forma coletiva*” (trecho de fala no evento Mulheres e o Direito à Cidade, 12 de março de 2019).

Por fim, a ocupação é instrumento utilizado ainda para a manutenção do espaço onde funciona e não se encerrou no momento de pactuação das primeiras negociações. O contrato de cessão do imóvel que se estabeleceu na negociação para a existência do local teve duração de apenas dois anos. Em junho de 2018, quando do término desse contrato, não estava sendo possível abrir uma conversa com o Estado de Minas Gerais para saber qual seria o destino do imóvel e da Casa. Dessa forma, fomos obrigadas a fazer com que a conversa acontecesse, por meio de uma ocupação da Cidade Administrativa no dia 1º de agosto. Com mais de 20 mulheres do Movimento

Olga Benário, das ocupações e ligadas à Tina na porta da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão da Cidade Administrativa, não houve opção a não ser abrir uma mesa de negociação, agora para discutir o futuro da Casa.

Importante dizer que muitos interesses estavam em pauta, uma vontade do Estado de institucionalizar a Casa, transformando-a no formato do CERNA<sup>5</sup>, ou seja, em um equipamento do Estado, era evidente. As negociações tiveram movimentos que sinalizavam avanços e retrocessos, porém as parcerias com o Estado estão se firmando, com o respeito à autonomia e às metodologias desenvolvidas na Tina. Assim, há um complexo jogo que por vezes usa a própria ferramenta da ocupação para a inserção na rede de políticas públicas, mas por vezes se situa no limiar, correndo riscos de impactos na forma de gestão coletiva, como o movimento tem buscado. Por fim, a ocupação também pode funcionar como instrumento de luta para a militância em direitos.

*Para marcar o dia internacional de luta das mulheres, o Movimento Olga Benário em conjunto com o Movimento de Luta nos Bairros, Favelas e Ocupações realizou a ocupação simbólica do prédio da Previdência Social, na Av. Amazonas. Tal ação visou marcar a importância da luta contra a reforma da previdência dentro dos movimentos feministas, no contexto brasileiro atual, por serem as mulheres as maiores atingidas com a mudança. A ocupação não se deu de forma pacífica e foram muitos os conflitos com os seguranças do local. A ideia de abertura de um diálogo com a população foi impedida de ser realizada pois fomos trancadas dentro do edifício. A ação mostrou as dificuldades de se realizar protestos e conversas no contexto dos atuais governos (estadual e federal, principalmente) e ressaltou um certo posicionamento da Casa Tina Martins enquanto coletivo autônomo. (Autora, Diário de Campo. 8 de março de 2019)*

Esse uso da ocupação para tratar de pautas dos movimentos sociais é muito importante, porque “quando há essa denúncia e reivindicação por

.....  
5 CERNA é a sigla usada para identificar o Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica ou Intrafamiliar, um equipamento da rede de políticas públicas para a atenção à mulher em situação de violência.

parte dos oprimidos organizados em movimentos populares, há o movimento de transformação de uma necessidade em demanda política; dessa forma, uma questão que poderia ser vista como um problema pontual se torna uma demanda essencialmente pública” (Amanda Paulista, 2013, p. 104). A ocupação faz com que as demandas sociais se materializem. Ocupação é estratégia de resistência porque ocupar é driblar o sistema de poder capitalista.

## **Considerações**

A atuação da Casa Tina Martins foi analisada aqui a partir do eixo de atuação que diz respeito à informativa permanente. Escolhemos este recorte por entender que essas práticas permitem analisar como a Casa se articula com as políticas públicas no enfrentamento às condições de existência do próprio coletivo e às possibilidades de atuação no enfrentamento à violência contra mulheres. Além disso, possibilita visibilizar que essa articulação não se dá de maneira permanentemente harmônica ou passiva, mas como ferramenta de lutas ampliadas.

Essa atuação é fundamental quando pensamos o contexto atual. Primeiro, é importante observar o cenário político. Desde o golpe contra a presidenta Dilma, um golpe misógino, vemos tomar conta da política brasileira um projeto reacionário e machista, que ataca os direitos das mulheres e reforça as relações de violência ao priorizar um modelo de família patriarcal. Entre cortes de investimento nas políticas públicas que atuam no combate à violência contra a mulher, a influência da Igreja nas decisões políticas e falas que nos humilham e objetificam, este governo é um grande ataque às mulheres. Talvez, por isso mesmo, são as mulheres que lideram a oposição desde a época das eleições com o movimento do #EleNão. Quando o Estado não garante os direitos, a resistência vem dos movimentos sociais, dos movimentos feministas.

Em segundo lugar, temos o cenário social em que nos encontramos: a pandemia pelo novo coronavírus. Com a necessidade de isolamento, alguns levantamentos apontam para o aumento da violência contra mu-

lheres, inclusive com relação ao feminicídio. Esse aumento acontece ao mesmo tempo em que há uma diminuição do número de denúncias e a implantação de medidas de cuidado na rede de atenção à mulher em situação de violência. A Casa de Referência da Mulher Tina Martins é um importante instrumento para apoio às mulheres em situação de violência e continuou realizando seus atendimentos, embora tenha parado com os eventos públicos.

Algumas questões que se fizeram importantes na construção de perspectivas de autonomia e gestão coletiva dizem respeito à história das figuras escolhidas como fundantes desse coletivo, assim como dos movimentos que servem como fundamentação teórico-política das práticas construídas. Produzem-se nessas articulações efeitos de herança, compromisso e continuidade, que fortalecem a luta política e o enfrentamento aos desmandos e desmontes contemporâneos.

Esta é uma Casa de Referência das Mulheres construída a partir da ocupação de um espaço inativo na cidade e, ao mesmo tempo, ocupando e tensionando as políticas de proteção às mulheres em situação de violência, que mesmo ativas não alcançam algumas mulheres. Uma luta pelo bom, pelo justo e pelo melhor do mundo, que, diferente de Olga Benário, não enfrenta o nazismo, mas enfrenta os alarmantes índices de feminicídio, construindo práticas de proteção e autonomia das mulheres atendidas.

## Referências

- Assis, Isis Mustafa & Tommasi, Lívia (2018). As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário e o CRM Helenira Preta. *Revista ÍANDÊ Ciências e Humanidades*, 2(1), 27-41. Recuperado de <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/43>
- Bastos, Camila Diniz (2016). Tina Martins: de ocupação a Casa de Referência. *VRUS*, São Carlos, 13. Recuperado de <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=5&item=73&lang=pt>
- Bettoni, Isabela Araújo (2019). *Interseções entre gênero, espaço e direito: Uma análise da Casa De Referência Da Mulher Tina Martins em Belo Horizonte*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito), UFMG, Belo Horizonte, MG.
- Boulos, Guilherme (2012). *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto* (2ª ed. Ver. e ampl.) São Paulo: Scortecci.
- Carmo, Carolina Guida Cardoso (2019). Sobrevivência urbana através de ocupações organizadas por (e para) mulheres. URBS. *Revista de Estudos Urbanos y Ciencias Sociales*, 9(1), 161-170.
- Casa de Referência da Mulher Tina Martins. (2021). *Casa de Referência da Mulher Tina Martins*. Recuperado de <https://www.facebook.com/casatinamartins/>
- Cegaiti, Amanda Carolina (2019). As Ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário e a desobediência civil feminista. *Revista Movimentação*, Dourados, 6(10). Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/viewFile/9294/6038>
- Cisne, Mirla (2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serv. Soc. Soc.*, 132. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci_arttext)
- Curiel, Ochy (2014). Hacia la construcción de un feminismo decolonializado. In Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz (Orgs.), *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descolonias en Abya Yala* ( pp. 92-101). Ed. Universidad de Cauca.
- Dias, Maria Tereza Fonseca, Calixto, Juliano Santos, Freitas, Luiz Fernando Vasconcelos, Souza, Lucas Nasser, Lages, Lívia Bastos, Pinto, Julia Dinardi Alves, Rosa, Marcos Bernardes (2017). Movimentos sociais na luta por moradia em Belo Horizonte: estudo do caso das ocupações urbanas de Belo Horizonte e região metropolitana. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, Canoas, 5(1). <http://dx.doi.org/10.18316/redes.v5i1.3194>

Casa de Referência da Mulher Tina Martins: articulação entre coletivo autônomo,...

hooks, bell (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Miñoso, Yuderkys Espinosa; Correal, Diana Gómez; Muñoz, Karina Ochoa. (2014). Introducción. In *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (pp. 2-9). Ed. Universidad de Cauca.

MLB & Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. (s/d). *MLB, essa luta é pra valer*. Recuperado de <https://www.mlbrasil.org/quem-somos>

Moraes, Maria Lygia Quartim (2020). Breve História do Feminismo Marxista. In *Os desafios do feminismo marxista na atualidade* (pp. 129-138). Ed. Marxismo 21.

Moreira, Ariane Fernanda Reis. (2019). *Concepções de Democracia na prática da gestão: estudo de caso da Ocupação Mulheres Mirabal*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/203691>

Movimento de Mulheres Olga Benário. (2017). *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário Benário*. Publicação da coordenação nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário, Brasil. Recuperado de [https://issuu.com/movolgabenariobr/docs/cartilha\\_do\\_olga\\_2edi\\_o\\_a7c9ac6f94e7b4](https://issuu.com/movolgabenariobr/docs/cartilha_do_olga_2edi_o_a7c9ac6f94e7b4)

Oliveira, Thais Zimovski Garcia (2019). *A experiência política das mulheres da Casa Tina Martins*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31394>

Paulista, Amanda (2013). As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. *Revista Humanidade em Diálogos*, 5. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106242>

Schneider, Nicole Angélica (2019). As mulheres no movimento anarquista em Porto Alegre na Primeira República (1889-1930). In M. Fagundes et al. (Orgs.), *Diálogos entre História e Gênero: Costumes, Práticas e Fazeres* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi.

Silva, Miriani Santos & Raupp, Luciane Marques (2018). É pela vida das mulheres: O ativismo de mulheres jovens em uma ocupação urbana de Porto Alegre. In *Anais do I Simpósio Juventudes Contemporâneas*, PUCRS. Recuperado de <https://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/simpósio-juventudescontemporaneas/assets/edicoes/2018/arquivos/17.pdf>